



**UNILA**

PPGIELA

# **Interseccionalidade e Fronteiras**

**Pré-Evento - 18. Congresso Mundial de Antropologia - IUAES**

**12 e 13 julho 2018**

**Jardim Universitário | UNILA**

**INTEGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS DESAFIOS A PARTIR DE FOUCAULT, BUTLER, LUGONES E MIGNOLO**

Mestranda Stephany D. P. Mencato (ICAL-UNILA)

E-mail: stephany.mencato@aluno.unila.edu.br

**RESUMO:** A presente pesquisa se trata de um exercício de compreensão e articulação de diferente autores, com intuito de firmar bases para um pensamento crítico biopolítico, feminista, decolonial acerca de Direitos Humanos e Integração Latino-Americana, o método é a revisão bibliográfica em especial das obras de Foucault, Butler, Lugones e Mignolo. A aproximação do pensamento biopolítico com a crítica queer e o giro ao feminismo decolonial, tem como resultado esperado a percepção do desafio que se apresenta aos debates de integração e direitos humanos na América-Latina a interseccionalidade entre gênero, sexo, colonialidade, raça e classe. As conclusões muito antes de respostas trazem um desafio de pensar a partir do que Mignolo chama de esferas de controle a partir dos 4 níveis interrelacionados, englobando controle da economia; da autoridade; do gênero e sexualidade; e do conhecimento e subjetividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Foucault. Butler. Lugones. Mignolo.

## **7. INTRODUÇÃO**

Por meio de revisão bibliográfica, se busca perceber a construção do ser feminino e da identidade. A parte inicial traz o pensamento de Foucault, em especial no que trata da fabricação do indivíduo a partir do surgimento da sociedade capitalista. Parte-se então ao pensamento de Butler, e os principais argumentos presentes na obra “Problemas de gênero”, como sua percepção de mecanismos de poder como produtores do gênero/sexo como sinônimos e norma de imposição violenta de identidades sobre os corpos.

Segue-se a proposta com o conceito de interseccionalidade a partir de K. Crenshaw, ressaltando a necessidade de um pensamento de categorias sobrepostas e não isoladas. A crítica de Lugones a Quijano e a percepção da colonialidade do gênero, trabalhada a seguir traz a proposta de se pensar os processos coloniais e a hierarquização racializada, generificada, sexuada e classista das sociedades latino-americanas.

Conclui-se o trabalho com a teoria proposta por W. Mignolo e seus quatro níveis de controle como pontos a partir dos quais se trabalhar a esfera dos Direitos Humanos e da integração latino americana.

## **2. FABRICAÇÃO DO SUJEITO EM FOUCAULT**

Foucault, no conjunto de sua obra utiliza o pensamento nietzschiano, de inexistência de um ser em si, de um conhecimento em si, afirmando serem estes muito mais o resultado pontual e histórico de uma série de condições muito específicas, tendo sua construção com a sociedade burguesa capitalista liberal, então sociedade disciplinar, surgida no início do século XVII e final do século XIX, pois “as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade” (FOUCAULT, 2005, p. 27).

O próprio estudo do homem, por meio das ciências humanas, sua análise enquanto ser vivo, trabalhador, indivíduo, sujeito falante, é então percebida a partir da emergência do conceito de população enquanto correlato de poder e objeto de saber, principal problema daqueles que governam as cidades, “o homem, afinal de contas, tal como foi pensado, definido, a partir das ciências ditas humanas do século XIX, esse homem nada mais é finalmente que uma figura da população” (FOUCAULT, 2008, p. 103).

Pensar este sujeito da modernidade passa a ser um exercício de compreensão não de sua essência natural, mas da existência deste indivíduo, homem e/ou mulher como resultado específico de uma série de condições políticas, econômicas, sociais, culturais, históricas específicas, como o autor explica na obra “Em defesa da sociedade” fatores como a formação das cidades, ideais liberais, explosão demográfica e industrialização.

o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber. (...) as análises genealógicas não discerniram o indivíduo como um elemento existindo em continuidade nos vários períodos históricos. Ele não pode ser considerado uma espécie de matéria inerte anterior e exterior às relações de poder que seria por elas atingido, submetido e finalmente destruído. (...) Atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadramento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder. (FOUCAULT, 2011, p. XIX)

Há deste modo duas importantes rupturas que podemos adotar no presente estudo a partir de Foucault, a primeira com a ideia um poder simplesmente opressor; a segunda, com a análise do

poder como coisa una. O poder pode criar, não apenas oprimir, e produzir a individualidade e o indivíduo moderno, atua em torno da gestão das vidas, mais do que da ameaça da morte e da opressão, antes de um poder uno fala-se em relações de poder, relações políticas que “se estabeleceram e se investiram profundamente na nossa cultura dando lugar a uma série de fenômenos que não podem ser explicados a não ser que os relacionemos (...) a relações políticas que investem toda a trama de nossa existência” (FOUCAULT, 2005, p. 30-31).

A sexualidade é então elemento indispensável ao desenvolvimento capitalista, em “História da Sexualidade I: a vontade de saber”, Foucault (2015) trabalha sua hipótese sobre como a consolidação da sociedade capitalista liberal exigiu a inserção regrada dos corpos individuais aos aparelhos modernos de produção, e se dando através do ajustamento dos fenômenos da população a processos econômicos, fazendo necessário o crescimento, o reforço, a utilizabilidade e a docilidade dos corpos.

Processos onde a sexualidade se tornou central ao passo que se percebe “enquanto comportamento exatamente corporal, dependente de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente” (FOUCAULT, 2010, p. 211), constituindo o corpo como máquina “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, (...) na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 2015, p. 150) característica das disciplinas ou ainda da anátomo-política do corpo humano. Inserindo-se ainda por seus efeitos procriadores, permitindo a gestão de processos biológicos amplos que afetam diretamente o corpo dos indivíduos e esse elemento denominado população. Deste modo, “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população” (FOUCAULT, 2010, p. 212), e constitui-se como o problema econômico e político da população.

A análise de Foucault possibilita uma visão das práticas reguladoras de algumas ficções médicas contemporâneas, que culminam na designação de um sexo unívoco e binário, porém não permite o destaque de outros elementos de análise, como a problemática relacionada a heterossexualidade compulsória, instituição política que retira o poder das mulheres, trabalhada por Rich (2010, p.19), o que as define como parte da propriedade emocional e sexual dos homens, e afirma ainda que sua autonomia e igualdade de condições ameaça a família, a religião e o Estado.

Neste sentido o coração de oposição feminista à obra de Foucault tem sido o medo de que sua suspeita de pensamento baseado em identidades estáveis e relações de poder não ambíguas elimina a possibilidade de recursos baseada na justiça ou verdade, e, assim, priva as mulheres da base para fazer qualquer reclamação contra uma sociedade sexista.

Não seria possível deste modo simplesmente abandonar a categoria da mulher, ainda que se entenda esta de modo não natural/essencialistas, mas como um efeito último da atuação de dispositivos de poder sobre o corpo por eles sexuado. Mas é possível repensar este feminino, sua

construção enquanto identidade, e os efeitos destes dispositivos, não o fazer poderia refletir na prática política e jurídica, nos debates latino-americanistas acerca dos Direitos Humanos e reivindicações sociais.

### 3. PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO

O feminismo *queer* de Judith Butler, uma das principais filósofas da teoria *queer*, coloca sob suspeita o sujeito político do feminismo hegemônico e a categoria mulher. Denuncia à incorporação e a compreensão dada de um indivíduo político biologicamente feminino, ocidental, de classe média, branca e heterossexual que silencia e invisibiliza outras subjetividades das quais teorias clássicas se autodeclaram representantes.

A hipótese de Butler (2003, p. 9-10) questiona se ser mulher constitui por si só um fato natural, ou se seria esta naturalidade construída mediante atos performativos discursivamente compulsórios, sendo então muito mais uma performance cultural. Por meio de uma pesquisa genealógica, a autora explica categorias fundacionais do sexo, gênero e desejo como efeitos específicos de poder.

Entende que o tradicionalmente chamado de origem e causa das categorias identitárias são na verdade efeitos de dispositivos de segurança, enquanto conjunto articulado de instituições, práticas e discursos com pontos de origem múltiplos e difusos.

Dentre estes, como instituições definidoras, produtoras destes efeitos, o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, se instauram como regimes de poder/discurso impondo identidades de gênero distintas (masculinas ou femininas), por tanto binárias, internamente coerentes no âmbito de uma estrutura heterossexual. Uma ruptura importante que se faz é a crítica da autora à distinção sexo/gênero como biológico/cultural, ou ainda natural/constructo social.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero (...) Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 24-25).

Gênero aqui mais do que somente espaço de constructo social, inscrição cultural de significado sobre um corpo naturalmente sexuado, são relações de poder que produzem o efeito de um sujeito, e deste indivíduo com um sexo supostamente pré-discursivo quando ao mesmo tempo oculta a própria operação de produção discursiva. Gênero designa assim o aparato de produção

mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos “gênero é sempre um feito, (...) não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48).

Rompe-se com a ideia de uma imutabilidade biológica, o sexo é tido como uma categoria genderizada, estabelecido por dispositivos de produção de gênero, que mais do que atribuírem significados a diferenças biológicas, se instauram como meios discursivos pelos quais se produz e naturaliza o sexo binário (masculino/feminino) e suas hierarquias sociais.

Butler (1993) encontra na performatividade, uma modalidade discursiva que irá construir os sujeitos, pela atribuição de uma ontologia. A performance consiste na reiteração de actos, citando a performatividade e já implica um sujeito (construído pelo processo de performatividade). (...) o gênero opera num sistema de normas e as performances de gênero partem dessas normas para se concretizarem em consonância ou para as tentarem ressignificar, no caso de performances subversivas de gênero (OLIVEIRA; PINTO; PENA; COSTA, 2009, p. 5).

O indivíduo é tido como construção de seu tempo, o gênero o processo normativo que o produz. Norma diariamente expressa e reiterada compulsoriamente, tendo como efeito a repetição de performances binárias masculinas ou femininas em uma realidade de heterossexualidade binária hegemônica compulsória, que instaura aí as suas condições de reprodução e legitimação social.

Contudo muito antes de uma liberdade performática, o que Butler indica é a violência com que a norma de gênero e suas instituições falocêntricas e heterossexuais atuam sobre o corpo individual e lhe atribuem significados fornecendo a estes corpos categorias identitárias com uma face de natural/essencial, quando em verdade o feminino, aqui estudado, será muito antes efeito da ação deste conjunto articulado de práticas, institutos e discursos, destes dispositivos biopolíticos de segurança.

Algumas críticas feitas à proposta de feminismo *queer* de Butler são sinteticamente expostas por Zãã (2010, p. 1-5), dentre estas a principal é a de que em seu esforço para gerar um discurso e teoria alternativos o *queer* se converteria em uma arma do sistema capitalista global. Isso por questionar identidades e categorias essencialistas usadas por vários movimentos para defender e reivindicar direitos, assegurando suas formas de vida e cultura, a partir de afirmações de gênero, classe, raça.

Ao expor que estas identidades reivindicadas (da mulher, da indígena, do homossexual, da negra, etc.) como termos cunhados a partir de uma experiência histórica e opressiva de um sistema patriarcal, colonial, capitalista e racista afirmando a necessidade de romper com estas o *queer* se constituiria como falácia, eliminando toda possibilidade de organização coletiva.

Outra parte da crítica afirma que ao descrever a vida pessoal, a política e a economia como sexualizadas o *queer* não lograria apresentar um processo novo de dessexualização destas esferas, antes propiciaria somente outra alternativa de sexualização. Não fornecendo ainda análises completas do contexto histórico, político, social, econômico, cultural atual. Ficando adstrito a subjetividade de cada indivíduo e sua luta pessoal, inexistindo o compartilhamento de identidades comuns, tão somente a afinidade de práticas sexuais não normativas.

O que se vê é a impossibilidade de reivindicação de direitos coletivos, caracterizando o *queer* como uma postura de reflexo fiel do neoliberalismo e seus antecedentes capitalistas. Estas críticas, não são novidades, são o coração da crítica à teoria *queer*, e também muito próximas as críticas feitas às teorias pós-modernas e a teoria foucaultiana.

Frente a estas críticas, resta o problema de ao não questionar-se as identidades, afirmando-as em sua essencialidade/naturalidade, se ressalta afirmações de gênero e sexualidade, classe e raça como categorias universais e naturais. Não se expõe a violência compulsória dos dispositivos que produzem e legitimam estas categorias, que hierarquizam socialmente o continuum da espécie humana e, buscando romper para com estas hierarquias os movimentos seguem reafirmando estes mecanismos de definição das vidas que tem valor.

Como expõe Phela (1990, p.437) estas individualidades são ocultas e como consequência tem-se a reafirmação de processos violentos de imposição identitária sobre os corpos, recusando-se ainda a reconhecer os processos de luta e resistência múltiplos individuais frente a estes processos de fixação da normalidade.

#### **4. INTERSECCIONALIDADE E COLONIALIDADE DO GÊNERO**

O que se busca é agora uma perspectiva de luta política que parta da materialidade dos corpos, capaz de reivindicar um direito que reconheça a fabricação discursiva das identidades, e dos sujeitos, refletindo os diferentes dispositivos de poder que trespassam este indivíduo, sem, contudo descontextualizar as lutas das categorias entendendo as identidades como um meio político, não um fim em si mesmas. Neste sentido, o desafio da interseccionalidade é exposto para os direitos humanos e para a prática de políticas públicas, como propõe uma das representantes do feminismo negro norte-americano, Kimberle Crenshaw:

Todas as pessoas sabem que têm tanto uma raça quanto um gênero, todas sabem que têm experiências de interseccionalidade. No entanto, as leis e as políticas nem sempre prevêem que somos, ao mesmo tempo, mulheres e negras. Por essa razão, esse projeto procura estabelecer uma ponte entre o que é vivenciado na prática e

como uma política pública prevê esses problemas. Uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um desafio é que, francamente, ela aborda diferenças dentro da diferença (CRENSHAW, 2012, p. 9).

É possível propor a incorporação de modo interseccional à prática dos direitos humanos de questões de gênero, sexualidade, raça, colonialidade e classe. Se dispensa a hierarquias entre estes pilares analíticos, pois “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2012, p. 10).

A sexualidade, longe de ser tomada simplesmente como pulsões ou práticas ligadas ao erotismo individual, precisa ser tomada em seus processos políticos/econômicos, problema da população, como afirma Foucault (2010, p. 212) bem como a partir de uma heterossexualidade compulsória, conforme Rich (2010, p.19) e Wittig (2006).

Gênero, como propõem Butler (2003, p. 48), é uma importante categoria analítica e política ao se consolidar como norma de construção da binariedade masculino/feminino e produtor de hierarquias generizadas entre estes sexos. No entanto estas categorias isoladas têm limites, e o pensamento de interseções de Crenshaw (2012), permite a postulação ainda de dois temas centrais de análise: raça e classe.

Muito além ainda, em uma teoria de produção do conceito de raça como constructo de uma ideologia moderna colonial, busca-se o trabalho de Quijano (2014, 757) pensando um racismo e etnicismo que se fundem e se consolidam inicialmente na América sendo reproduzido depois para o resto do mundo colonizado como fundamento das especificidades das relações de poder entre Europa e as demais populações do mundo, como meio de consolidação dos privilégios de classe. A teoria de colonialidade do poder vai além, compreende nos processos coloniais os eixos a partir dos quais se disputará os meios de existência social, definindo que:

O poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controlo dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças. (Quijano, 2010, p.76)



É a partir da crítica a este conceito de colonialidade de poder proposto por Quijano que María Lugones funda as bases para um feminismo decolonial propondo como eixos deste a interseção entre colonialidade, raça, classe, gênero e sexualidade, percebendo que:

«colonialidad» no se refiere solamente a la clasificación racial. Es un fenómeno abarcador, ya que se trata de uno de los ejes del sistema de poder y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, y la subjetividad/intersubjetividad, y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas. Para ponerlo de otro modo, todo control del sexo, la subjetividad, la autoridad, y el trabajo, están expresados en conexión con la colonialidad. (LUGONES, 2008, p. 79)

Propõe que se entenda o patriarcado, os processos de produção do gênero e heterossexualidade compulsória permeados pelos processos de colonialidade, da cartografia do poder global e do Sistema Moderno Colonial de Gênero, pensando com e além de Quijano. Demonstra assim a exclusão histórica e teórico-prática das mulheres de cor, termo que utiliza para demarcar todas as variantes de mulheres não brancas, das lutas de libertação erigidas em nome da mulher (universal do feminismo clássico, branca, burguesa, heterossexual de classe média/alta).

O projeto teórico de Lugones complementa e complica o pensamento de Quijano denúncia como sua proposta teórica expõe os meios de produção da raça a partir da colonização, mas se omite quanto à construção do gênero e da sexualidade ao tratá-los em termos estruturais amplos, vinculados somente ao sexo, seus produtos e a reprodução da espécie.

O autor ao não problematizar estas categorias reforça o entendimento capitalista, eurocêntrico e global que oculta o modo como às mulheres foram subordinadas e desprovidas de poder pelo processo colonizador. Ocultando ainda o caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais estabelecidas com a colonização.

A pesar que en la modernidad eurocentrada capitalista, todos/as somos racializados y asignados a un género, no todos/as somos dominados o victimizados por ese proceso. El proceso es binario, dicotómico y jerárquico. Kimberlé Crenshaw y otras mujeres de color feministas hemos argumentado que las categorías han sido entendidas como homogéneas y que seleccionan al dominante, en el grupo, como su norma; por lo tanto, «mujer» selecciona como norma a las hembras burguesas blancas heterosexuales, «hombre» selecciona a machos burgueses blancos heterosexuales, «negro» selecciona a machos heterosexuales negros y, así, sucesivamente. Entonces, se vuelve lógicamente claro que la lógica de separación

categorial distorsiona los seres y fenómenos sociales que existen en la intersección, como la violencia contra las mujeres de color. (LUGONES, 2008, p. 82)

Assim como em Butler (2003, p. 24-25), vemos aqui a afirmação de que o que se entende por sexo biológico é socialmente construído por meio de processos mecânicos de produção do poder, que instituíram como norma os gêneros binários e a heterossexualidade, porém, além, se afirma um poder colonial. Mecanismos de produção coloniais violentos, consolidados pelos processos de dominação colonial e que serão ocultos pela própria lógica de separação categorial, capaz de distorcer os seres e os fenômenos sociais que se revelam na análise interseccional.

Como expõe Lugones, (2008, p. 93), estes processos de imposição de um sistema de gênero e heterossexualidade é tão constituído quanto constituinte do poder colonial, a relação entre ambos os processos é permeada por uma lógica de mútua constituição. Não podendo o sistema de gênero moderno, heterossexual, racializado, global existir sem a colonialidade do gênero, bem como este não existirá sem aquele.

A ideia de uma matriz colonial de poder, composta em quatro níveis interrelacionados, complementada por todos os trabalhos já apresentados, nos apresenta uma base para prosseguir nessa pesquisa, percebendo os lados visíveis e invisíveis dos processos de compartimentalização da informação realizados pelo poder:

La matriz colonial de poder, la cual queda definida por cuatro niveles interrelacionados, de tal manera que no es posible entender uno sin su relación con los otros. (...): 1) Control de la economía (que incluye apropiación de tierras y de recursos naturales y explotación del trabajo; creación de organismos internacionales como el FMI); 2) Control de la autoridad (que incluye formas de gobierno – monarquía e iglesia durante los siglos XVI y XVII y estado moderno en Europa y estado moderno/colonial fuera de Europa-; militarismo y carrera armamentista; derecho y relaciones internacionales); 3) Control del género y de la sexualidad (que incluye la invención del concepto de ‘mujer’ – (...); la heterossexualidad como norma; el modelo de familia Cristiana/victoriana como célula social); 4) Control del conocimiento y de la subjetividad (que incluye no solamente las instituciones y la curricula en la enseñanza, sino también los medios que apoyan concepciones del mundo y contribuyen a formar subjetividades – como la del ‘consumidor’ por ejemplo, en nuestros días (MIGNOLO, 2008, p. 8).

O pensamento daquilo que Mignolo chama de esferas de controle a partir dos 4 níveis interrelacionados, antes de nos apresentar uma conclusão ao debate, nos trás o desafio de pensar a

esfera dos Direitos Humanos e da integração latino americana muito além dos debates tradicionais, universais, capitalistas e hegemônicos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas perguntas guiaram a formulação deste trabalho, seria possível pensar a mulher e a sexualidade a partir da aproximação de teóricas (os) em primeira análise tão diferentes, e muitas vezes opostos? Quais seriam os benefícios aos estudos de gênero, decoloniais, de direitos humanos e integração latina americana desta construção?

A desconstrução da apresentação quase mística de elementos como identidade, sexo, gênero, raça, certamente é uma das maiores contribuições da articulação realizada. Permitindo perceber o nível capilar que o modelo capitalista de poder eurocêntrico e global toma, sua capacidade produtiva, e a denúncia de como a colonialidade permeia todos os aspectos da existência social e individual latino americana.

A complementaridade traçada entre os diferentes autores por meio da crítica, considerada aqui não como abandono total das teorias, mas espaço para construção a partir destas de conceitos ainda mais reveladores e completos mostrou-se essencial para os resultados alcançados.

Uma análise futura que se proponha a pensar a construção e a efetividade dos Direitos Humanos e dos processos de integração latino americanas deverá partir agora desta compreensão interseccional. Entre gênero, sexualidade, classe, raça e colonialidade como processos constitutivos e constituintes da sociedade capitalista burguesa sobre as quais estes processos de direitos humanos e integração se fundam.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Claudia de L.; ÁVILA, Eliana. **Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2012. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2017.

- CURIEL, Ochy. **Género, Raza, Sexualidad Debates Contemporaneos**. 2014. Disponível em: [http://www.urosario.edu.co/urosario\\_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf](http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf) .acesso em 23 de abril de 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão; Revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Ed. 29ª - Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Bogotá – Colombia: Tabula Rasa, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008. ISSN 1794-2489.
- MIGNOLO, Walter. **Género y descolonialidad**. Compilado por Walter Mignolo. Buenos Aires: Del Signo, 2008.
- OLIVEIRA, João Manuel de; PINTO, Pedro; PENA, Cristiana; COSTA, Carlos Gonçalves. **Feminismos queer: disjunções, articulações e ressignificações**. Ex aequo, n. 20, Vila Franca de Xira, 2009
- PHELAN, Shane. **Foucault and Feminism**. American Journal of Political Science, Vol. 34, No. 2 (May, 1990), p. 421-440. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2111456>. Acesso em 09 de abril de 2013
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. Epistemologias do sul/org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina SA, 2010.
- QUIJANO, Aníbal. **“Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui : cuestiones abiertas**. En: Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires : CLACSO, 2014.
- RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. Rev. Bagoas, n. 05. 2010.
- WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**, Traducción de Javier Sáez y Paco Vidarte, Barcelona: Egales, 2006.

ZÄNÄ, Nxu. **Contra la teoría Queer**. Artículos de Ciudad de Mujeres. 2010. Disponível em: <http://www.ciudaddemujeres.com/articulos/Contra-la-teoria-Queer>. Acesso em 23 de abril de 2018.

**MACIANA E MACILENE: CARVOEIRAS**

**UM RETRATO SOBRE MULHERES NEGRAS NO INTERIOR DA BAHIA**

Dilliany Justino de Lima<sup>20</sup> (UNILA)

Email: dillianyjustino@gmail.com

## **RESUMO**

Na busca por ampliar o repertório das histórias possíveis sobre o Brasil, nosso país-continente, o presente trabalho narra a história de vida de duas mulheres, irmãs, mães, negras e carvoeiras: Maciana e Macilene. Na contramão de muitas documentações fotográficas que tratam a questão do carvão vegetal no Brasil do ponto de vista principalmente das denúncias sobre trabalho escravo, a proposta aqui apresentada pretende ser uma homenagem às mulheres de luta da comunidade de Taquari, na Bahia. Para justificar a importância das várias histórias sobre um mesmo povo e de várias histórias dentro da mesma história, a referência é a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que faz um alerta sobre o perigo da “história única” e sobre o poder aí envolvido, que não se caracteriza somente por contar a história do outro de forma reducionista, mas por transformar esta versão em definitiva. A “história única” cria estereótipos, e o problema não é que eles sejam mentira. O problema é que são incompletos. Longe de ser completo, este trabalho se pretende mais uma versão possível.

**PALAVRAS-CHAVES:** Estudos de Gênero; Fotografia; Identidade; Mulheres; Trabalho.

## **MULHERES NEGRAS, DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA**

Ao longo dos anos, os Estudos de Gênero vêm apresentando questionamentos e reflexões a respeito das relações de poder, ou poderes, subordinação das mulheres e das múltiplas possibilidades de femininos, além de controle dos corpos. Esses estudos integram o desenvolvimento do pensamento crítico dos papéis de gênero desempenhados e da construção do tornar-se mulher. A esse respeito, Judith Butler aponta que, “como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções

---

20 Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF); pós-graduada em Fotografia – Imagem, Memória e Comunicação pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); pós-graduada em Direitos Humanos na América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

e a re-significações” (BUTLER, 2003, p. 58-59), ou seja, é relativamente aceita a concepção de que não existe apenas ‘uma’ mulher, tampouco ‘um’ feminino, mas que estas duas categorias são atravessadas por uma complexa rede, que inclui questões étnico-raciais, de classe, identidade de gênero, orientações sexuais, historicidade cultural; que fazem este corpo, político e social, criando vários sentidos do que é ser mulher. Essa rede complexa fica ainda mais evidente se entendida numa perspectiva de interseccionalidade, que visibiliza a amplitude de violências e opressões sofridas por determinados corpos:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002: 177).

Porém, ao longo desta mesma História, nem sempre houve o entendimento da categoria mulher como algo plural. Como lembra Angela Davis, o próprio surgimento do movimento de mulheres foi marcado pela falta de preocupação das mulheres brancas e burguesas com o viés de classe e com o racismo, com a relação entre escravidão e opressão das mulheres. Para a autora, existe uma relação direta entre o capitalismo industrial e o encrudescimento da inferioridade das mulheres, além da naturalização do ambiente domiciliar como o lugar da mulher. Ela afirma que:

“Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que “o lugar da mulher é em casa”.” (DAVIS, 2016, p. 50)

Davis aponta ainda que a transferência da produção de manufaturas da casa para as fábricas influenciou diretamente na concepção de uma feminilidade baseada nos papéis de mãe e esposa como modelo. De acordo com ela, a consolidação desse modelo trouxe mudanças para a vida das mulheres, pois:

“No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos

passivos para a reposição da vida humana.” (DAVIS, 2016, p. 50)

Vale ressaltar que, esposa, mãe, recatada, do lar, ou qualquer outra normatização e/ou naturalização do que é ser mulher, do que é o ideal de feminino, tem como base a repetição. Ou seja, é um modelo construído e reiterado socialmente, a partir de uma ordem dominante cristalizada na figura do homem branco, cisgênero, heterossexual, burguês. Nas palavras de Butler, “o gênero é estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2003, p. 59)

Quando se pensa em interseccionalidade e na multiplicidade de opressões vividas pelas mulheres negras dentro das suas muitas condições de subordinação como causa das dificuldades enfrentadas na inserção social e garantia de direitos, buscar os números pode ajudar a confirmar o que já se percebe. De acordo com dados de 2015 extraídos do estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), as mulheres negras no Brasil são 55,6 milhões, praticamente  $\frac{1}{4}$  da população brasileira. Porém, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na pesquisa *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, apenas 10% das mulheres negras completam o ensino superior.

No quesito violência e segurança pública, o aumento dos casos de feminicídio de mulheres negras em 54% entre os anos de 2003 e 2013, como aponta o *Mapa da Violência* de 2015, além do genocídio da população negra e de um sistema prisional que a cada três mulheres duas são negras, os dados também mostram a construção do ser mulher e negra em nossa sociedade.

A partir disso, podemos pensar em questões como representação e representatividade, num cenário marcado por desigualdade e violência.

### **(NÃO)REPRESENTATIVIDADE**

A pesquisa *Personagens do Romance Brasileiro Contemporâneo*, da Universidade de Brasília (UNB), revela que, dos livros nacionais publicados entre 1965 e 2014, mais de 70% foram escritos por homens, 90% por brancos. Entre as personagens, 60% dos protagonistas são homens, 80% brancos e 90% heterossexuais.

Se formos para a área do cinema, entre 2002 e 2014, no que se refere às maiores bilheterias brasileiras, nenhum filme foi dirigido por uma mulher negra. A pesquisa *A Cara do Cinema Nacional*, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), aponta ainda 2% de homens negros como diretores, 84% de homens brancos e 13% de mulheres brancas. Entre os roteiristas, apenas 4% negros. Apenas 31% dos filmes tinham atores negros no elenco, quase sempre em papéis associados à pobreza e criminalidade.

Já na televisão, o Instituto Mídia Étnica, em 2007, mostrou que somente 5,5% dos apresentadores e jornalistas são negros e negras. Um levantamento realizado pelo coletivo de mídia Vaidapé, com 204 programas de sete emissoras (Cultura, SBT, Rede Globo, Rede Record, RedeTV!, Gazeta e Bandeirantes), entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017, revelou 272 apresentadores compondo as grades de programação. Desses, apenas 3,7% são negras e negros. Em números absolutos, de todos os analisados, foram apenas 10 apresentadores negros contra 261 brancos.

Em relação às telenovelas brasileiras, a pesquisa *Raça e Gênero nas Novelas dos Últimos 20 anos*, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), aponta que personagens centrais interpretados por negros e negras não passa de 10%.

Diante deste quadro, de baixa ou não-representatividade, ou ainda de representações estereotipadas e racistas, é importante pensar em formas de enfrentamento e subversão da ordem estabelecida até então. Enquanto Butler pergunta: “que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade?” (BUTLER, 2003, p. 57) e “o que constituiria a possibilidade de inversão, subversão ou deslocamentos efetivos nos termos de uma identidade construída?” (BUTLER, 2003, p. 58), Berenice Bento fala sobre a capacidade dos sujeitos construírem novos sentidos para os femininos e masculinos e a “capacidade performática” da linguagem na produção de feminilidades e masculinidades. Seguindo esta mesma lógica, “a verdade dos gêneros não está no corpo, mas nas possibilidades múltiplas de construir novos significados para os gêneros”, (BENTO, 2012, p. 47).

Pensar mulheres negras dentro das categorias do feminino também é pensar representação política, linguística, cultural e imagética. É pensar representação e representatividade de sentidos e identidades, e, sobretudo, as construções do que é representado, do que vale a pena ser representado, do que é reconhecido enquanto sujeito nessa representação. Estamos falando de repetição, de estereótipos e de embate cultural contra a invisibilidade das múltiplas histórias possíveis.

Entre as possibilidades de construção de novos sentidos para os femininos e a própria elucidação da pluralidade dos femininos já existentes, pode-se tomar como exemplo a utilização da arte como instrumento. Neste caso, aqui se propõe a utilização da fotografia como instrumento.

## **DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA PARA ALÉM DA HISTÓRIA ÚNICA**

Esta documentação não se pretende uma denúncia de trabalho escravo e/ou infantil, como é normalmente abordada a temática do carvão vegetal no Brasil. Mais do que um instrumento de transformação da sociedade, o presente trabalho pretende ser uma fonte de conhecimento de como



vive uma parcela pouco conhecida da nossa população. Por acreditar na existência de várias realidades, para além da visão monolítica que nos é apresentada é que, acima de tudo, a história de luta dessas duas irmãs, Maciana e Macilene, precisa ser mostrada. E admirada.

Para justificar a importância das várias histórias sobre um mesmo povo e de várias histórias dentro da mesma história, a referência é a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que faz um alerta sobre o perigo da “história única” e sobre o poder aí envolvido, que não se caracteriza somente por contar a história do outro de forma reducionista, mas por transformar esta versão em definitiva. A “história única” cria estereótipos, e o problema não é que eles sejam mentira. O problema é que são incompletos.

Outra referência importante é o fotógrafo humanista João Roberto Ripper, para quem, “tão importante quanto denunciar é mostrar a beleza das populações que sofrem esse enorme processo de censura, de exclusão visual de sua beleza e portanto, de segregação, de estigmatização através da violência, de marginalização e de criminalização.” (J. R. Ripper, [imagenshumanas.photoshelter.com/page2](http://imagenshumanas.photoshelter.com/page2))

Para Rouillé (2009), o mais importante não é que os fotografos representem o mundo em toda sua diversidade, mais do que isso, o importante é a transformação que se pode causar. Uma das possibilidades que o autor coloca é um processo dialógico, onde quem é fotografado tem papel ativo, e “ao colocar-se o mais próximo possível dos indivíduos singulares, transformando-os em sujeitos, o procedimento adotado mescla a produção de imagens e a resistência aos efeitos da precariedade” (ROUILLÉ, 2009, p. 179), conceito esse que conversa com a precariedade e a vulnerabilidade da vida humana tratadas por Butler (2006).

O que se propõe aqui não se assemelha à ideia do processo fotográfico enquanto busca do real e da verdade, mas uma construção conjunta de olhares e representatividades, um afrontamento à própria precariedade.

## **UM POUCO DA HISTÓRIA DE MACIANA E MACILENE (OU UMA HISTÓRIA POSSÍVEL)**

Duas mulheres, irmãs, negras e carvoeiras, que vivem na comunidade de Taquari, no Sul da Bahia. A comunidade, marcada pela produção ilegal de carvão vegetal, possui cerca de 1.500 habitantes, em sua grande maioria negros e negras. Toda a família de Maciana e Macilene trabalha ou já trabalhou com o carvão. Além disso, as duas irmãs são mães, criam os filhos sozinhas e dividem a mesma casa. Elas não deixam os filhos trabalharem.

Contar a história de alguém, ou uma das histórias possíveis, seja em palavras ou imagens, é escolher um recorte. A escolha feita nas fotos a seguir tenta apresentar a luta diária de duas irmãs numa

perspectiva de reconhecimento e valorização. Longe de se render à uma estética da pobreza e/ou do sofrimento, o presente trabalho se pretende uma homenagem a essas mulheres.

A narrativa que se segue é resultado de uma semana intensa de acompanhamento de Maciana e Macilene em suas tarefas diárias de produção de carvão, na tentativa de não interferir em sua rotina, mas de registrar e apresentar uma das tantas histórias possíveis em nosso país-continente.

## **NARRATIVA FOTOGRÁFICA**



Da esquerda para a direita: Macilene e Maciana em frente a um de seus fornos



Da esquerda para a direita: Maciana e Macilene buscam madeira



À esquerda: as irmãs voltam com a madeira; à direita: Maciana retira a madeira do trator



Macilene vista de dentro de um dos fornos



Macilene fecha o forno



Macilene em meio aos fornos e as montanhas de carvão



As irmãs retiram o carvão do forno



À esquerda Maciana e à direita Macilene





Homens recolhem a produção de carvão de Maciana e Macilene

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**A cara do cinema nacional.** Disponível em:  
<http://gema.iesp.uerj.br/textos-para-discussao/tpd6/>. Acesso em: 6 de julho de 2018.

**A cor dos apresentadores de TV no Brasil.** Disponível em:  
<http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>. Acesso em: 6 de julho de 2018.

**Uma análise sobre (a falta de) representatividade negra na TV brasileira.** Disponível em:  
<https://seriesporelas.com.br/representatividade-negra-tv-brasileira/>.

**Atlas da Violência 2017.** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30253](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253). Acesso em: 5 de julho de 2018.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.

**Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 5 de julho de 2018.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta.** Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2011.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** Pro-posições, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.



**Mapa da Violência 2015.** Disponível em:  
[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em:  
5 de julho de 2018.

**Personagens do Romance Brasileiro Contemporâneo.** Disponível em:  
<https://www.metropoles.com/entretenimento/literatura/pesquisa-da-unb-perfil-do-escritor-brasileiro-nao-muda-desde-1965>. Acesso em: 6 de julho de 2018.

**Raça e Gênero nas Novelas dos Últimos 20 anos.** Disponível em:  
<http://gema.iesp.uerj.br/infografico/infografico3/>. Acesso em: 6 de julho de 2018.

**Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Disponível em:  
<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>. Acesso em: 5 de julho de 2018.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea.** Senac, 2009.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** Editora Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.